

jornal da tarde

Publicado pela S.A. O Estado de S. Paulo
Av. Engenheiro Coeteno Álvares, 55, tel.: 856-2122 (PABX).



Fundado em 1875

JÚLIO MESQUITA
(1891 - 1927)

JÚLIO DE MESQUITA FILHO - FRANCISCO MESQUITA
(1927 - 1969)

Director Responsável

RUY MESQUITA

Directores

Júlio de Mesquita Neto
Luiz Vieira de Carvalho Mesquita
Ruy Mesquita
César Tácito Lopes Costa
José M. Homem de Montes
Oliveiros S. Ferreira

No mundo da modernidade, duas tristes exceções.

O que caracteriza o mundo que estamos chamando hoje de **mundo da modernidade**, e que o distingue do mundo que o precedeu ainda em tempos recentes — e do mundo subdesenvolvido — é a substituição do império dos mitos e dos preconceitos políticos e ideológicos, ou seja, o império da insensatez, pelo império da racionalidade, pelo menos no plano da condução da política econômica.

Em outras palavras: quando, depois da Segunda Guerra, inicialmente a Europa e o Japão e, mais tarde, os países conhecidos hoje como os **tigres asiáticos**, adotaram os mesmos padrões de condução da economia que fizeram dos Estados Unidos a primeira nação moderna e próspera do planeta, paulatinamente foi desaparecendo a discussão política e ideológica sobre o melhor regime econômico para vencer a pobreza e generalizar a prosperidade em um país até ontem atrasado.

Depois dos países citados, surpreendentemente foram os próprios dirigentes comunistas que se convenceram do obsoletismo e, sobretudo, da burrice que é a interferência dos preconceitos ideológicos na condução da economia. O que se vê no mundo comunista atual é o abandono progressivo dos dogmas marxistas, na URSS, na China, e no bloco dos satélites europeus da União Soviética. A passagem do economista Abel Agenbeguian pelo Brasil na semana passada, ele que é um dos teóricos da **perestroika**, nos dá a exata dimensão do rompimento dos soviéticos com esses dogmas. Entre outras coisas, ele revelou que seu país poderá entrar para o execrado FMI e, para isso, está aplicando uma política de contenção do déficit público que já provocou a demissão, o remanejamento ou a aposentadoria de 400 mil funcionários, 18% do total dos servidores do Estado soviético.

Diante do quadro de constante mutação nessas regiões, muitas vezes em nossos editoriais tentamos explicar a triste exceção dos países latino-americanos pelas suas condições histórico-culturais, que se traduziam num insuperável subdesenvolvimento político. Mas nos últimos tempos estamos-nos convencendo de que não é esta a explicação, diante de exemplos que nos chegam de alguns países desta região. É o caso do Chile, que poderia ser explicado pela presença de um "déspota esclarecido" na condução dos negócios do Estado, mas é também o caso de outros países que não vivem sob regimes semelhantes ao chileno, como o Uruguai e, agora, surpreendentemente, o México. Esses países conseguiram superar a barreira do subdesenvolvimento político e passaram a enfrentar seus problemas econômicos com a mesma objetividade que permitiu o extraordinário surto de prosperidade que bafeja as nações que já entraram na era da modernidade.

Uma reportagem publicada recentemente no **Jornal do Brasil** trazia dados extremamente instrutivos para nós brasileiros sobre as transformações que vêm ocorrendo no México de uns tempos para cá. O presidente Carlos Salinas Gortari chegou ao governo em dezembro passado, na eleição mais difícil que o Partido Republicano Institucional, há 60 anos no poder, já enfrentou. Apesar de ter sua eleição contestada por acusações de fraude, Salinas não procurou a saída fácil da demagogia populista para afirmar a legitimidade de seu poder. Em vez de cortejar as camadas mais desfavorecidas da população mexicana com promessas sedutoras mas inviáveis, preferiu o caminho mais difícil, em termos de sacrifícios de popularidade, porém mais seguro para tirar seu país de uma situação que, ao menos do ponto de vista econômico e social — enorme dívida externa, recessão e desigualdades de rendas — tem grandes semelhanças com a nossa.

Montou uma competente equipe de técnicos formados em universidades americanas — ele próprio é um deles — e atacou de frente os problemas do país, dando continuidade, com maior intensidade, à política que inaugurou como ministro do Planejamento do governo do presidente de la Madrid. Cortou drasticamente o déficit público, vendendo ou extinguindo 120 empresas estatais (embora ainda sobrem muitas em setores importantes) e fechando dezenas de repartições públicas. E abriu o país para o capital estrangeiro, implantando no México as regras da economia de mercado. Ao mesmo tempo, conseguiu mandar para a cadeia corruptos de alto coturno, até então considerados intocáveis. E para mostrar que não se intimida diante de pressões, mesmo da poderosa burocracia, na semana passada mandou demitir 23 mil funcionários da empresa estatal de ônibus que estavam em greve, exigindo 100% de aumento.

O resultado dessa política é que a inflação, que já vinha numa linha descendente há algum tempo, caiu para 1,1% em março último. Conhecida como **salinastroika**, essa política é vista com simpatia pela comunidade econômica internacional, e o México, provavelmente, será o primeiro contemplado pelo Plano Brady, com o qual o governo norte-americano pretende aliviar o peso da dívida externa dos países em desenvolvimento. Salinas está, assim, tentando reduzir drasticamente o tamanho daquilo que seu compatriota, o poeta e ensaísta Octávio Paz, chamou de **ogro filantrópico** — o Estado pretensamente caritativo que acaba engolindo a sociedade inteira e provocando o atraso e a miséria.

O mesmo caminho começa a trilhar a Venezuela, pelo menos nesta fase inicial do novo governo, onde o recém-empossado presidente Carlos Andrés Peres, que se comportou como um típico representante do subdesenvolvimento latino-americano em sua primeira administração, dá provas de que aprendeu alguma coisa em seu período de ostracismo e procura aplicar agora uma política econômica racional, longe dos apelos populistas tão ao gosto de nossos políticos.

Outro exemplo nos vem do lado de lá do Atlântico, de um país ao qual estamos umbilicalmente ligados, que até pouco tempo atrás viveu na periferia da Europa rica — Portugal. Após os primeiros anos de obnubilção burra depois da vitória da Revolução dos Cravos, os portugueses estão empreendendo o que o professor Eduardo Lourenço, da Universidade de Coimbra, um intelectual de esquerda, chama de "continua e eficaz demolição da mitologia revolucionária", ou seja, a revisão das medidas socializantes introduzidas na nova Constituição elaborada no período 74-75.

Enquanto isso, continuamos a ter duas tristes exceções nos dois maiores e potencialmente mais ricos países da América Latina: a Argentina, que se prepara para encerrar sua fase de transição política elegendo seu segundo presidente civil depois da queda da ditadura militar, às portas de uma hecatombe inflacionária; e o Brasil, cuja dramática situação pode ser encontrada diariamente nas primeiras páginas dos jornais. Entre nós, essas primeiras páginas são parecidas com o **check up** diário de um paciente gravemente doente, como é o caso do organismo social brasileiro: greves por todos os lados, inclusive em setores essenciais, agora acompanhadas de bombas e sabotagens; polícia civil paralisando suas atividades no Rio e desafiando seus superiores; polícia militar de Mato Grosso do Sul invadindo a Assembleia Legislativa e se declarando rebelada; setor público em

virtual estado de colapso financeiro; funcionalismo público em estado de rebelião; governo inerte, incapaz de reagir às provocações e aos desafios de seus empregados do setor financeiro...

Foi diante desse quadro que a ministra do Trabalho, Dorothea Werneck, pela primeira vez carrancuda desde que entrou para o governo, dizia em tom patético, na última reunião do Conselho Monetário Nacional: "É o caos. Estamos à beira de um precipício. Ou dividimos a responsabilidade (entre governo e sociedade civil) ou essa brincadeira vai virar tragédia". E vai mesmo, se o governo brasileiro não se compenetrar, juntamente com os políticos, particularmente o Congresso, de que sua função é governar o Estado e deixar que a sociedade civil cuide de si própria, dentro do respeito à lei.